

# GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS E TURISMO: DESTAQUE PARA A COPA DO MUNDO DE 2014

Roberto Meurer<sup>1</sup>

Hoyêdo Nunes Lins<sup>2</sup>

Organizar grandes eventos esportivos, notadamente a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, constitui iniciativa cobijada por diferentes países e cidades ou regiões. O motivo prende-se aos esperados benefícios políticos e, principalmente, econômicos, geralmente assimilados a tais ocorrências. O impacto no turismo, com reflexos na entrada de divisas por conta dos gastos de estrangeiros, tem destaque nos argumentos em favor das candidaturas. Este artigo ocupa-se desse assunto focalizando a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Mediante modelagem econométrica, investiga-se a relação entre o evento e as receitas cambiais com viagens internacionais no país. Este estudo específico é colocado em perspectiva, pois antes se discute o interesse nesse tipo de competição, destacam-se as controvérsias sobre os respectivos pontos positivos e negativos e se analisa o papel atribuído aos resultados turísticos na argumentação pela condição de sede. Nas considerações finais, sintetizam-se os principais pontos deste artigo e se indica a importância do monitoramento dos resultados desses megaeventos.

**Palavras-chave:** megaeventos esportivos; dinamização turística; Copa do Mundo 2014.

## BIG SPORTING EVENTS AND TOURISM: THE 2014 FOOTBALL WORLD CUP

Different countries and cities or regions usually dispute the condition of hosting mega sporting events, especially the Olympic Games and the Football World Cup. The reasons have to do with the political and, above all, the economic benefits generally seen in such competitions. Impacts on the tourism sector, with the injection of currency coming from the expenditures of foreign visitors, outstand among the arguments in favor of the candidatures. The article looks at this subject by considering the World Cup 2014, hosted by Brazil. Employing econometric modeling, the relationship between the World Cup and the influx of revenues is investigated. But this specific analysis is preceded by a discussion about the interests provoked by those events, the different positions concerning their benefits or otherwise, and the way the expectations around tourism affect the disposition to dispute the hosting. In the final comments, the main questions are summarized and the importance of systematically observing the consequences of these events is stressed.

**Keywords:** mega sporting events; tourism development; World Cup 2014.

---

1. Doutor em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Economia da mesma universidade. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* <robertomeurer@yahoo.com>.

2. Doutor em Geografia e Organização do Espaço pela Université de Tours, na França (1988). Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Economia da mesma universidade. *E-mail:* <hoyedo.lins@ufsc.br>.

## GRANDES EVENTOS DEPORTIVOS Y TURISMO: LA COPA MUNDIAL DE FÚTBOL DE 2014

Realizar eventos deportivos de gran porte, principalmente la Copa Mundial de Fútbol y los Juegos Olímpicos, constituye iniciativa generalmente disputada por distintos países y ciudades o regiones. Las razones tienen que ver con los previstos beneficios políticos y sobre todo económicos vinculados, en general, a dichas competiciones. El impacto en términos de flujos turísticos, con entrada de divisas por los gastos de los visitantes extranjeros, tiene fuerte presencia en los argumentos favorables a las candidaturas. Este artículo se ocupa de este tema, considerando la realización de la Copa Mundial de Fútbol de 2014 en Brasil. Por medio de una modelización econométrica, se investiga la relación entre el evento y los ingresos de divisas relacionados con viajes internacionales al país. Para poner el estudio en perspectiva, se discute en primer lugar el interés por este tipo de eventos, destacando las controversias sobre sus aspectos positivos y negativos, y se considera el peso de los resultados turísticos esperados en la argumentación a favor de la realización. En las consideraciones finales se resumen los puntos principales y se destaca la importancia del monitoreo de las repercusiones a largo plazo de tales mega eventos.

**Palabras clave:** grandes eventos deportivos; dinamización del turismo; Copa Mundial de Fútbol de 2014.

## GRANDS ÉVÉNEMENTS SPORTIFS ET LE TOURISME: LA COUPE DU MONDE DE FOOTBALL DE 2014

Les grands événements sportifs, comme la Coupe du Monde de Football et les Jeux Olympiques, sont devenus une source de fortes disputes concernant des pays, villes et régions. Les raisons tiennent largement aux effets politiques et surtout économiques attendus. L'impact en termes de recettes touristiques est au coeur des positions favorables aux candidatures. Cette question est le sujet principal de cet article, qui dirige l'attention à la Coupe du Monde de Football de 2014, réalisée au Brésil. Au moyen d'une modélisation économétrique, on cherche le rapport entre cet événement sportif et l'entrée de devises liées aux dépenses des visiteurs étrangers au pays. Mais d'abord on considère le débat sur l'importance de ce genre d'événement, notamment les controverses autour des aspects positifs et négatifs, et aussi l'influence des résultats escomptés dans le secteur touristique sur l'argumentation en faveur de la candidature à l'organisation. À la fin, on résume les points traités et souligne qu'il faut surveiller les répercussions durables des grands événements sportifs.

**Mots-clés:** grands événements sportifs; effets sur le tourisme; Coupe du Monde de Football de 2014.

JEL: Z32; Z33; Z20.

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem figurado com destaque no roteiro internacional dos grandes eventos esportivos. Para referir só ao que ocorreu no período recente e está em curso (em termos de preparação) na atualidade, e concentrando o olhar no que se pode chamar de megaeventos, cabe apontar os Jogos Pan-Americanos em 2007, realizados no Rio de Janeiro; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos de 2016, também sediados na capital fluminense.

Realizar competições dessa magnitude constitui objeto de fortes disputas internacionais, envolvendo países ou cidades. Entre governantes e lideranças políticas e empresariais, as razões da concorrência variam do prestígio logrado, pela demonstração de capacidade financeira e organizacional, às expectativas de negócios, com repercussões em diferentes setores e atração de investimentos. Não é raro que a motivação reflita interesses inclusive geopolíticos, vinculados, portanto, ao que se pode chamar de razões de Estado.

Entre os argumentos esgrimidos para justificar e sustentar candidaturas, perfila-se o aumento da visibilidade internacional dos locais implicados e, na esteira disso, com grande importância, o fortalecimento da sua inserção no mapa turístico global. Com efeito, dinamizar o turismo representa um objetivo maior, quase sempre claramente manifestado, da disposição de países ou cidades em disputar a condição de sede de grandes eventos esportivos.

A ênfase no turismo não deve surpreender, pois não há equívoco em considerar que tal setor apresenta-se como um dos mais dinâmicos da economia mundial, pelo menos desde meados do século XX. Melhorias nos transportes (ajudando, por exemplo, a disseminar as viagens aéreas) e nas comunicações (resultando em vantagens, como maior facilidade e rapidez na realização de reservas e compras de serviços), e também avanços que consolidaram, entre outras coisas, os benefícios de férias e folgas aos assalariados, subjazem à trajetória exibida pelas correspondentes atividades.

A progressiva implantação de um notável e abrangente aparato receptivo (hospedagem, alimentação) e de entretenimento também constituiu fator determinante. Tal processo revela-se, ao mesmo tempo, impulsionado pelo próprio crescimento do setor, o que obriga a falar em entrelaçamento e reciprocidade de condicionantes. Nesse movimento geral, diferentes destinações turísticas tomaram forma e se consolidaram internacionalmente. Nesses espaços, o setor de turismo passou a contribuir, de uma maneira ou de outra, para o fortalecimento da economia e para o desenvolvimento.

Este artigo explora a questão da justificativa turística para a realização de grandes eventos esportivos. Tem-se em mente, em primeiro lugar, a Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizada, como se sabe, no Brasil. O objetivo principal é detectar os reflexos desse grande e impactante acontecimento na movimentação turística no país. A atenção concentra-se nas receitas cambiais, resultantes dos gastos de estrangeiros em território nacional, examinadas em associação com a taxa de câmbio mediante modelagem econométrica.

Entretanto, é importante contextualizar o assunto específico. Por esse motivo, começa-se falando sobre a realização de grandes eventos esportivos, salientando a sedução incrustada, na seção 2, e as controvérsias vinculadas, na seção 3.

Na seção 4 discute-se o argumento turístico para a candidatura e a organização desses megaeventos. Na seção 5, a última antes das considerações finais, investiga-se a relação entre a Copa do Mundo de 2014 e as receitas com viagens internacionais no Brasil. Na seção 6, os principais pontos deste artigo são sintetizados e a importância de um monitoramento efetivo dos resultados, em diferentes níveis, de eventos desse tipo é assinalada.

## **2 REALIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS: UMA ATRAÇÃO (QUASE) IRRESISTÍVEL**

É relativamente antiga, em uma escala temporal demarcada por muitas décadas, a realização sistemática de eventos esportivos com larga abrangência no tocante à participação de atletas, à divulgação e às ressonâncias. Paradigmáticos nesse tipo de acontecimento, os Jogos Olímpicos na sua forma moderna, quer dizer, organizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI, criado em 1890), passaram a marcar o cenário desde a sua realização em Atenas, em 1896. Em 2016, quando as Olimpíadas ocorrerão no Rio de Janeiro, o registro histórico será de 120 anos.

A periodicidade desse evento foi idealizada como quadrienal, mas, com a incorporação do aspecto referente à sazonalidade (na década de 1920 surgiram os Jogos Olímpicos de Inverno), esse acontecimento esportivo assumiu, na sua integralidade, uma frequência bianual. Derivações como Jogos Paraolímpicos e Jogos da Juventude viram a luz no percurso, ampliando o escopo do conjunto e as particularidades de cada caso, o que contribuiu para tornar mais densa e diversificada o que se poderia designar como “rede olímpica”, alargada no bojo de uma verdadeira escalada de realizações.

Todavia, a trajetória não deixou de ser atingida por situações incontornáveis, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Os Jogos de 1916, que teriam lugar entre os eventos de 1912 e 1920 – respectivamente realizados em Estocolmo e Antuérpia –, e os que ocorreriam em 1940 e 1944 – precedidos pelos de 1936, efetuados em Berlim, e sucedidos pelos de 1948, ocorridos em Londres –, não puderam ser organizados, por razões óbvias. Nem de longe representando circunstâncias semelhantes, e tampouco produzindo resultados tão agudos, também a Guerra Fria teve influência, ao menos quando os Estados Unidos lideraram um boicote internacional às Olimpíadas de Moscou, em 1980.

Grande envergadura e dimensões igualmente globais são exibidas pela Copa Mundial de Futebol, organizada pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), cuja primeira competição ocorreu em 1930, no Uruguai. Sua realização é também quadrienal, embora a correspondente modalidade esportiva exiba diversas outras competições, sob os auspícios da mesma entidade. São ilustrações, além das diferentes categorias da própria Copa do Mundo de Futebol Masculino

(sub-20 e sub-17), a Copa do Mundo de Futebol Feminino (também com essa diferenciação nas faixas etárias), a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Clubes, entre outras.

Como ressaltado a respeito dos Jogos Olímpicos, cabe indicar que a sequência de realizações foi interrompida por ocasião da Segunda Guerra Mundial. A última Copa antes da guerra ocorreu em 1938, na Itália, sem ter sido sucedida pelas competições de 1942 e 1946, que, de outra forma, ocorreriam normalmente. Em 1950, o encadeamento retomou o seu curso, com a realização da Copa no Brasil. Note-se igualmente que a Fifa atua em articulação com seis confederações continentais: a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), relativa à América do Sul; a Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (Concacaf), abrangendo a América do Norte, a América Central e o Caribe; a União das Federações Europeias de Futebol (Uefa), implicando a Europa; a Confederação Asiática de Futebol (AFC), relativa à Ásia; a Confederação Africana de Futebol (CAF), para a África; e a Confederação de Futebol da Oceania (OFC), com incidência na Oceania.

Naturalmente, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol são somente dois em meio a muitos eventos esportivos de grande visibilidade, embora figurem entre os que mais atraem as atenções em termos mundiais. Ambos constituem, sem equívoco possível, o que se pode classificar de megaeventos esportivos internacionais. Todavia, embora sem rivalizarem, aparentemente, em divulgação e interesse – uma proximidade que se poderia admitir, de toda forma, no tocante ao Campeonato Mundial de Pilotos de Fórmula 1, realizado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA) –, várias outras modalidades esportivas são objeto de competições com abrangência internacional e realização itinerante.

Esses eventos, principalmente os maiores – e, antes de tudo, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo –, mostram-se fortemente cobiçados por autoridades e lideranças empresariais de diferentes países e cidades, almejando a condição de sede e de realizador. Pode-se pensar em diferentes razões para isso. Uma delas refere-se ao prestígio. Países que sediam acontecimentos dessa magnitude ganham visibilidade em escala mundial e sinalizam para o mundo (uma aparente) solidez econômica e estabilidade política, notabilizando os governantes de turno.

De outra parte, alguns estudos descobriram vínculos entre a disposição dos países quanto à candidatura à condição de realizadores desses megaeventos e o comportamento de suas exportações. O efeito revelou-se positivo mesmo quando a pretensão de sediar não foi bem-sucedida. Tal aspecto foi interpretado como reflexo do tipo de sinal (conforme referido anteriormente) que um país envia à comunidade internacional quando decide concorrer: desejo de abertura econômica e de liberalização do comércio externo, não importando tanto,

no fim das contas, se a candidatura logra sucesso, para que os reflexos comerciais produzam-se (Rose e Spiegel, 2009; 2010).

Mas atraentes, de fato, são as oportunidades de negócios necessariamente suscitadas pela organização de uma Olimpíada ou uma Copa do Mundo, ou de outros eventos que, ainda que não merecedores do qualificativo “mega”, sejam bem valorizados no nível internacional. Isso não surpreende, tendo em vista que, em uma trajetória de algumas décadas, “as recompensas do esporte cresceram enormemente” (The Zillion..., 1996, p. 13), seja para empresas, seja para atletas, e particularmente para fabricantes de artigos esportivos e para as redes de comunicação (televisão) envolvidas nas transmissões (Swifter..., 1996).

Ligadas especificamente às iniciativas de organização dos megaeventos, essas oportunidades manifestam-se, sobretudo, quanto aos negócios referentes à edificação das instalações esportivas em si (estádios, ginásios, alojamentos e outras estruturas necessárias às modalidades envolvidas, com as exigências, que recaem em espaços tanto adjacentes quanto não imediatos, em matéria de acessibilidade, conforto e outros aspectos). O mesmo se passa no plano mais geral, recobrando transportes (aerportos, por exemplo), comunicações, capacidade de hospedagem e alimentação, para além do entretenimento não ligado às competições em si.

Ou seja, a preparação de grandes eventos acena, irremediavelmente, com a dinamização de diversos segmentos da economia anfitriã. Investidores de diferentes origens tendem a ser magnetizados, e suas operações costumam rimar com geração de renda, oportunidades de trabalho e tributos, produzindo infraestruturas e equipamentos que, além de tudo, permanecem (ou assim deveria ocorrer, como legado) para uso da sociedade local após o término das atividades para as quais foram diretamente disponibilizados. Possibilidades dessa natureza parecem tornar irresistível a atração provocada por tais acontecimentos, não surpreendendo, desta maneira, a forte intensidade da disputa – entre países, entre cidades – pela condição de sede e de responsável pela organização.

Com efeito, não parece haver equívoco em considerar que grande parte da crise que ronda a Fifa na atualidade (meados de 2015), com denúncias de corrupção que já resultaram mesmo em encarceramentos, tem a ver com a volúpia de lideranças diversas, representantes de interesses ligados a diferentes países, na concorrência por essa condição. Corrupção, pagamento de propina e tráfico de influência, entre outros comportamentos delituosos que podem aflorar quando imensos interesses econômicos e políticos estão em jogo, frequentam atualmente – com veemência, estridência e assiduidade raramente registradas – o noticiário sobre a organização internacional do futebol.

### **3 CONTROVÉRSIAS SOBRE VANTAGENS E ENCARGOS NA REALIZAÇÃO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS**

Sediar e organizar grandes eventos esportivos não representam esferas de decisão e prática imunes a controvérsias. Os benefícios, que magnetizam o grosso dos interesses, são facilmente perceptíveis na sua potencialidade, e foram aludidos na seção anterior deste artigo, ao menos em grandes traços.

De fato, a perspectiva de maior prestígio internacional e de projeção de uma imagem de abertura para o mundo, assim como a demonstração de capacidade de realizar algo com tamanha magnitude, aguçam o apetite de lideranças políticas e governamentais. Acenos de suculentas possibilidades de negócios, de uma maneira geral, seduzem o empresariado em diferentes setores. Perspectivas de dinamização da economia, com geração de renda e oportunidades de trabalho, acompanhadas de melhorias nas infraestruturas que, espera-se, haverão de favorecer a população posteriormente – enfeixando-se no enaltecido “legado” –, tendem a vencer eventuais ceticismos ou resistências entre os que se preocupam (e atuam de acordo) com a promoção do desenvolvimento.

Junto à população, de uma maneira geral, os benefícios econômicos, refletindo em dinamização das empresas (principalmente pelas oportunidades acenadas para as de pequeno e médio portes) e em consequente geração de postos de trabalho e renda, figuram no centro das percepções. Isso parece fato mesmo quando se trata de eventos de pequena escala, de consequências restritas às esferas locais ou urbanas, conforme sugerido pelo estudo de Hritz e Ross (2010) sobre Indianapolis, nos Estados Unidos. Para esses autores, tais efeitos tendem a configurar a principal base de apoio populacional ao envolvimento de cidades e regiões com o turismo de esportes, mesmo considerando a possibilidade de reflexos na forma de elevação dos custos e das taxas de criminalidade e de maiores dificuldades momentâneas em aspectos como congestionamentos, entre outros.

Todavia, a esses resultados são contrapostos, em diferentes análises, problemas que a observação de várias experiências internacionais permite registrar. Entre as questões que mais chamam atenção, merecem realce os gastos enormes, um assunto agravado pelo frequente deslocamento de recursos desde outras utilizações mais necessárias e urgentes, algo criticável notadamente quando se trata de países menos desenvolvidos (Clift, 2010). Para piorar, não é raro, antes o contrário, que esses grandes dispêndios tomem a forma de equipamentos e instalações que depois ficarão subutilizados, ou mesmo completamente ociosos, representando, assim, um deplorável e pouco justificável desperdício.

A avaliação dos efeitos em termos de geração de renda e postos de trabalho, com respeito a esses eventos, não é atividade de fácil realização. E os resultados apresentados, principalmente quando produzidos nos próprios ambientes

institucionais ou governamentais dos países ou regiões organizadores, devem ser considerados com cautela. Zimbalist (2010) assim se pronuncia sobre esse assunto:

estimativas do impacto econômico de tais eventos, extraídas de pesquisas acadêmicas publicadas, oferecem evidências mais confiáveis, seja porque os autores não têm qualquer interesse pessoal no sucesso econômico dos eventos, ou porque o processo de avaliação por pares representa uma importante verificação dos métodos e pressupostos utilizados. Esses estudos apresentam a seguinte imagem do impacto econômico da realização dos Jogos Olímpicos: embora um número modesto de empregos possa ser criado como resultado da realização, não parece existir qualquer efeito detectável na renda, sugerindo que os trabalhadores existentes não se beneficiam (...). Além disso, o impacto depende da resposta do mercado de trabalho como um todo aos novos empregos criados pelos jogos, e [esta] pode não ser positiva (...). O impacto econômico de sediar a Copa do Mundo parece ser ainda menor (Zimbalist, 2010, p. 10-11).

Questões desse teor afloraram com intensidade no Brasil durante os últimos anos. A razão não é outra senão o encadeamento de grandes eventos esportivos que marcam o cenário no país nesse período: tiveram lugar os Jogos Pan-Americanos em 2007, no Rio de Janeiro; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; e atualmente prosseguem os preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, também na capital fluminense.

O debate sobre os reflexos e desdobramentos dessas competições no país exhibe posições bem marcadas. Para Urani (2009), considerando especificamente o Rio de Janeiro, tais megaeventos, incluindo a partida final da Copa de 2014, representam um aspecto central na “guinada” econômica apresentada pela cidade e sua área. Estaria à vista o término de uma demorada estagnação econômica, na cidade e na região metropolitana, na esteira de investimentos (públicos e privados) de grande porte já materializados ou anunciados. “O Rio de Janeiro parece, portanto, estar enfim trilhando o caminho de seu revocionamento (*sic*) econômico” (*op. cit.*, p. 6). A importância dos megaeventos esportivos é amplamente reconhecida: “neste cenário de recuperação generalizada, as Olimpíadas merecem um papel de destaque” (*op. cit.*, p. 6).

Tom otimista semelhante, com visão amplamente favorável à ideia de que faz bem ao país sediar eventos desse porte, aparece em diferentes tipos de manifestações, inclusive na imprensa de circulação nacional. Perguntado em entrevista, pelo jornal *Folha de São Paulo*, se não considerava excessivo o volume de gastos previstos para a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, o diretor-geral do comitê organizador não hesitou: “não é um bom negócio para o cidadão? Não tenho a menor dúvida de que é” (Rangel, 2015, p. D3). Uma chamada de capa da revista *Valor Econômico*, do Rio de Janeiro, indicando reportagem cujo perfil exala indisfarçável entusiasmo com os megaeventos, comunga o mesmo



ponto de vista favorável: “esportes aquecem a economia – Copa 2014 e Olimpíada 2016 aceleram os investimentos em infraestrutura” (Esportes..., 2010).

Vainer (2009), de sua parte, propõe divisar os processos subjacentes à candidatura aos megaeventos e à sua realização. Destacando que ninguém, em qualquer esfera, arrisca apontar o custo da realização dos Jogos Olímpicos de 2016, o autor ressalta que “um cheque em branco é passado a autoridades locais e a grupos empresariais estrategicamente (...) situados nos centros decisórios que determinarão as empreiteiras a contratar, os terrenos a serem adquiridos, os consultores a serem recrutados” (*op. cit.*, p. 4). A análise realça a entronização de uma nova concepção de cidade, escorada em coalização de poder local na qual tem força a ideia de empresariamento da gestão urbana, discutida em abordagem anterior desse autor (Vainer, 2002).

Assinale-se que essa perspectiva crítica atravessa duas coletâneas de estudos recentemente publicadas sobre os impactos, em termos de mudanças urbanas, da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (Santos Jr., Gaffney e Ribeiro, 2015; Castro *et al.*, 2015). Frutos de uma mesma grande iniciativa de pesquisa, que mobilizou estudiosos em diferentes instituições nas várias cidades que acolheram os jogos da Copa, a dupla publicação insiste na ideia de que a realização desses megaeventos nutre discursos e práticas que tentam legitimar projetos de cidades com “governança empreendedorista”.

Os elevados gastos de realização das competições são colocados em evidência, inclusive na comparação com experiências em outros países, e a condição de vetor de grandes mudanças urbanas, com reestruturação e renovação que transbordam as necessidades específicas dos eventos, é sublinhada (Santos Jr. e Lima, 2015). As experiências dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em Londres, em 2012 (Horne, 2015), da Copa da Alemanha, em 2006, dos Jogos Olímpicos da Juventude em Innsbruck, em 2012 (Eick, 2015), da Copa da África do Sul, em 2010 (Bolsmann, 2015), e das Olimpíadas de Inverno em Socchi, em 2014 (Muller, 2015), são apresentadas e discutidas a título de contribuição analítica.

Efeitos na órbita imobiliária, abarcando até remoções ou despejos, com processos de valorização que convidam à venda pelos proprietários, são ressaltados (Castro e Novaes, 2015a; 2015b). E as intervenções protagonizadas, sobretudo no âmbito da mobilidade urbana e regional (transportes públicos), são objeto de questionamentos a respeito do seu perfil e, principalmente, da sua condição de possíveis “legados” efetivos para a população (Rodrigues, 2015; Rodrigues e Legroux, 2015).

Também abordada nessas coletâneas é a problemática da aceitação dos eventos pela população das cidades envolvidas. Outros estudos, como Mielli e Mantovani (2014), detectaram posições majoritariamente favoráveis à realização da Copa do Mundo, embora bom número de pessoas inquiridas se revelasse indiferente. Nas referidas coletâneas, procurou-se perceber de que maneira

diferentes grupos sociais enxergavam a realização dos megaeventos, considerando-se as manifestações públicas ocorridas no Brasil (como em junho de 2013), por conta das condições de setores como saúde, educação, segurança e transporte urbano (Omena, 2015a; 2015b). Constatou-se que atmosferas conflituosas também se formaram em torno das providências sobre a construção ou a melhoria dos estádios para a Copa, envolvendo demolições ou reconstruções com reflexos locais (Gaffney, 2015).

Posições críticas sobre o envolvimento do Brasil como anfitrião, e até ceticismo sobre as suas possibilidades nesse sentido, caracterizam análises inclusive de observadores estrangeiros. Talvez o mais contundente nas observações seja Andrew Zimbalist, um pesquisador sobre economia do esporte internacionalmente reconhecido.

Em artigo para *Americas Quartely*, esse autor contrapõe o custo da organização da Copa do Mundo e das Olimpíadas às imensas exigências em infraestruturas e serviços, tendo como pano de fundo tanto os enormes problemas sociais do país – clamando por urgência e prioridade nas ações públicas – quanto às incertezas, a julgar por experiências internacionais, relativamente aos efeitos no turismo e ao esperado legado dos investimentos para a população como um todo (Zimbalist, 2011). Em 2015, concentrando-se nas Olimpíadas, o estudioso disse em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* que não existe, notadamente para países com infraestrutura pouco desenvolvida historicamente, “justificativa financeira para os grandes eventos esportivos” (Ribas, 2015, p. D1).

#### 4 TURISMO, PILAR NA ARGUMENTAÇÃO EM PROL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Uma esfera de benefícios em potencial ligados à realização de eventos esportivos diz respeito ao turismo. O campo geral de observação refere-se ao turismo de eventos, uma entre numerosas manifestações das práticas turísticas, cuja diversidade só cresceu nas últimas décadas. A expansão dessa modalidade turística é observada inclusive no Brasil, a julgar pelos dados e pelas informações disponibilizados em publicação conjunta da Associação Brasileira de Empresas de Eventos e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Abeoc e Sebrae, 2014).

Cabe destacar que o aumento da presença, em escala internacional, de modalidades como turismo de eventos, de negócios, cultural e religioso, entre outras que não ostentam vínculos necessários com as estações, representam suavização – como decorrência ou não de políticas e medidas de promoção – de um dos traços mais marcantes do setor turístico, de uma maneira geral: a sazonalidade.

De fato, setor disseminado em diferentes países e regiões, o turismo costuma traduzir-se em práticas marcadamente sazonais. Os calendários das férias (como as escolares, mas não somente estas) e dos feriados prolongados impõem,

por si só, esse caráter. Mas, mesmo abstraindo desse aspecto, observa-se que, nos mercados turísticos em que as operações do setor escoram-se basicamente no binômio sol-mar, o fluxo é amplamente concentrado nos meses de verão. Esse traço é muito saliente em países como o Brasil, com suas grandes áreas de clima tropical ou subtropical, representando estações geralmente bem definidas e temperaturas bastante altas no verão.

Esse perfil turístico, em regra caracterizado como “de massa” (pacotes, voos *charter*), é prezado em muitos mercados receptivos. As razões são as mesmas que fazem o setor como um todo cintilar entre as opções de promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento em diversos lugares. Faz-se referência aqui aos acenos relativos à entrada de moedas fortes (quando o arco de influência dos ambientes receptores atinge a esfera internacional), à ativação da economia regional ou nacional – diretamente e indiretamente (no segundo caso, pelo jogo dos multiplicadores) –, à geração de postos de trabalho e ao aumento das possibilidades de arrecadação tributária, robustecendo as finanças públicas.

Todavia, a sazonalidade exacerbada costuma produzir problemas e inquietações. Nos períodos de grande afluxo, a pressão sobre os recursos (como água) atinge intensidade que pode comprometer a própria qualidade do turismo – para não falar das condições dos habitantes –, como ocorre quando surgem dificuldades de abastecimento. Também aspectos como poluição e congestionamento, além da alta nos preços e das limitações no provimento de produtos alimentares e outros, entre diversas questões, sobressaem negativamente, inclusive nutrindo críticas à opção pelo turismo como estratégia de crescimento ou desenvolvimento.

Em contrapartida, fora desses períodos os equipamentos turísticos, abrangendo as estruturas de hospedagem, alimentação e lazer, tendem a permanecer ociosos ou amplamente subutilizados. Isso costuma repercutir em termos sociais – oportunidades de trabalho, disponibilidade de serviços diversos (inclusive de saúde) nos locais diretamente afetados pelo turismo na alta estação – e econômicos – inflexão nas vendas, menor ingresso de recursos na economia local, contração das oportunidades de negócios –, até pelo que significa em custos de manutenção, boa parte incidente no setor público.

Assim, está longe de se mostrar incomum, em ambientes envolvidos com o turismo sazonal, a tentativa de diversificar as práticas no sentido de alongar o fluxo turístico entre as estações. O objetivo é reduzir o desequilíbrio na presença de visitantes, isto é, minimizar o contraste entre os períodos de maior e menor demanda. Modalidades como turismo de negócios ou de eventos têm grande realce nessas investidas, figurando com expressividade nas estratégias de promoção concebidas e executadas por governantes e por integrantes do *trade* turístico.

Os eventos esportivos pertencem, assim, ao elenco de iniciativas que podem ensejar movimentação turística apta a interferir no referido perfil sazonal. A relação entre tais eventos e fluxos de turismo apresenta-se, todavia, de diferentes maneiras. Como salientam Ross (2001) e Reeves (1999), turismo ligado a esporte significa viagem por conta de atividades esportivas. Mas o leque de motivações estende-se da realização de práticas esportivas (permitindo falar em turismo de esporte “ativo”) à assistência a eventos do gênero, passando pelas viagens interessadas na visitação a locais ou atrações com importância esportiva (algo como “turismo de esporte nostálgico”). Os “conteúdos” são diferentes, assim como as implicações, especialmente quando as escalas envolvidas são muito contrastadas.

Pelo ângulo dos ambientes que organizam eventos esportivos, as expectativas enfeixam-se em torno dos acenos quanto à divulgação (de cidades, de regiões), que pode produzir resultados duradouros na atração de fluxos de visitantes, e à melhoria – pelos investimentos realizados – das condições receptivas, seja em hospedagem, seja em alimentação ou entretenimento/lazer, incluindo infraestruturas urbanas, de um modo geral, em processo capaz de fortalecer a capacidade do território para receber turistas (Charrier e Jourdan, 2009; Lapeyronie, 2009). Referem-se a tais aspectos alguns dos principais termos do debate sobre as relações do turismo com o desenvolvimento local ou regional, no recorte em foco, obviamente, tendo como pivô os eventos esportivos.

Em escala nacional, os reflexos turísticos do envolvimento com grandes eventos esportivos podem repercutir em *upgrading* relativamente à participação na, por assim dizer, “cadeia de valor turística global” (Christian *et al.*, 2011). Adentrar esta cadeia requer, em primeiro lugar, tornar-se destino de fluxos turísticos internacionais, mas o *upgrading* rima com evolução para operações e atividades mais complexas ou sofisticadas envolvendo hotéis, restaurantes e outros serviços relacionados ao setor. Trata-se, é fácil perceber, de “*upgrading de produto* no setor” (*op. cit.*, p. 14), apta, inclusive, a propiciar melhores empregos e maiores salários. O aprimoramento pode se estender à atuação das próprias operadoras turísticas, como observado por Kenelly (2011) com base em experiência australiana.

Assim, relativamente às expectativas geradas pela realização de megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, têm destaque aquelas vinculadas ao afluxo de visitantes estrangeiros durante a realização dos eventos esportivos e mesmo posteriormente. Tais possibilidades, conjugadas ao possível aumento do prestígio dos países anfitriões e da perspectiva de dinamização da economia local ou nacional, sob a impulsão dos investimentos enfeixados nas providências de organização, compõem um sedutor elenco de atrativos.

Reitere-se que o destaque atingido na geografia dos fluxos internacionais pode ser muito mais do que episódico, e este é um aspecto que não deve ser

negligenciado nas abordagens. O resultado do aprimoramento e da ampliação da base em que se assenta a oferta turística, protagonizados tendo em vista os eventos, permanece como “paisagem”, isto é, como conjunto de recursos materiais para a recepção de demandantes futuros. E a propaganda dos atributos dos lugares-sede, realizada por meio de mecanismo reconhecidamente eficaz – a divulgação do tipo boca a boca –, tende a prometer multiplicação das chegadas turísticas mesmo na ausência de acontecimentos excepcionais, como são os grandes eventos.

Assim, realizar uma Olimpíada ou uma Copa do Mundo é visto como possível passaporte para uma inserção em novas condições, e esperançosamente durável, na economia (e no mapa) do turismo em escala global. Ou, utilizando o léxico das abordagens em termos de cadeias de valor globais, essa realização pode representar um trampolim para níveis mais nobres e rentáveis da “cadeia de valor turística global” (Christian *et al.*, 2011). No Brasil, esse aceno não passou despercebido do governo federal. No primeiro parágrafo do capítulo de abertura do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, lê-se:

a realização da Copa do Mundo de Futebol Fifa em 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além de outros grandes eventos esportivos, culturais, empresariais e políticos, favorecem a projeção da imagem do país com os investidores internacionais (exportação) e com as demais nações potenciais emissoras de turistas (Brasil, 2013, p. 12).

Tais eventos são entendidos, nessa esfera governamental, como pilares de uma trajetória que, segundo as pretensões anunciadas, faria o Brasil figurar entre as três maiores economias turísticas do mundo até 2022 (ano do bicentenário da Independência). Esse percurso seria nutrido, nas expectativas anunciadas, pelo aumento do interesse internacional no país, a reboque da visibilidade decorrente da exposição representada, sobretudo, pela organização dos megaventos esportivos.

Já para 2016, a meta, em termos de receita com o turismo internacional – receita cambial turística, representando os gastos de estrangeiros realizados em visita ao Brasil –, aparece fixada em mais de US\$ 10 bilhões, de acordo com as previsões governamentais. Para fins de comparação, essa receita foi de cerca de US\$ 6,6 bilhões em 2012, até então a maior na série calculada pelo Banco Central do Brasil (BCB) (Brasil, 2013), e passou para US\$ 6,7 bilhões em 2013 e US\$ 6,9 bilhões em 2014. As intervenções urbanas e o melhoramento e a ampliação do aparato receptivo, por conta da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, pensados e protagonizados, conforme Rodrigues e Legroux (2015), com interesses turísticos também de longo prazo, representariam, assim, vetores dessa expansão desdobrada em vários anos.

## 5 COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014: REFLEXOS NO TURISMO

Essas expectativas em torno do papel cumprido pelos megaeventos esportivos realizados no Brasil representam estímulo e, ao mesmo tempo, justificam tentativas de estimação dos seus reflexos. Um exercício nessa direção é empreendido nesta parte, tendo como foco a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

### 5.1 Nota sobre os condicionantes macroeconômicos das viagens internacionais

A literatura internacional há muito destaca a importância de variáveis econômicas na explicação das viagens internacionais, como mostram os artigos-resenha de Lim (1997) e Li, Song e Witt (2005). Entre as variáveis explicativas, figuram usualmente a renda, o custo do transporte, o preço relativo, a taxa de câmbio e também fatores qualitativos (Lim, 1997). Observe-se, igualmente, que viagens internacionais são assimiladas a “bens” de luxo (Lanza, Temple e Urga, 2003), aspecto que ajuda a compreender a grande expansão registrada nesse tipo de prática a partir do segundo pós-guerra, em articulação com o aumento da renda de boa parte da população mundial e, conforme assinalado na introdução, a maior disponibilidade de tempo livre.

O efeito da taxa de câmbio sobre as receitas e despesas com viagens internacionais encontra-se bem estabelecido analiticamente, consistindo em assunto tratado inclusive na literatura produzida no Brasil, cujo volume parece crescente. Rabahy, Silva e Vassallo (2007; 2008) concluem que a influência do câmbio é maior sobre as despesas do que sobre as receitas, um resultado também obtido em análises realizadas por Cruz e Curado (2005).

Efeitos similares são apresentados em Meurer (2010a), estudo no qual se indica – com uso de dados anuais para o período 1971-2007 – que a taxa de câmbio exerce influência positiva sobre o número de viajantes que se dirigem ao Brasil, mas negativa quanto às receitas. Isso é confirmado em Meurer (2010b), que demonstra ser forte a influência negativa da taxa de câmbio sobre a receita por turista estrangeiro, uma situação possivelmente produzida pelo fato de tais viajantes comprarem o mesmo conjunto de produtos quando da estadia no Brasil, independentemente do seu preço em moedas dos seus países de origem.

Por seu turno, Cuiabano *et al.* (2013) analisam, com dados trimestrais, a importância da taxa de câmbio e da renda para o saldo da conta de viagens internacionais do Brasil. A conclusão é que a elasticidade do resultado é maior em relação à renda do que em relação ao câmbio, o que mostra a importância do aumento da renda observada no Brasil, e do seu menor crescimento no exterior, para o saldo crescentemente negativo da conta de viagens do país nas últimas décadas.

## 5.2 Copa de 2014 e movimentação turística no Brasil: o ângulo das receitas externas

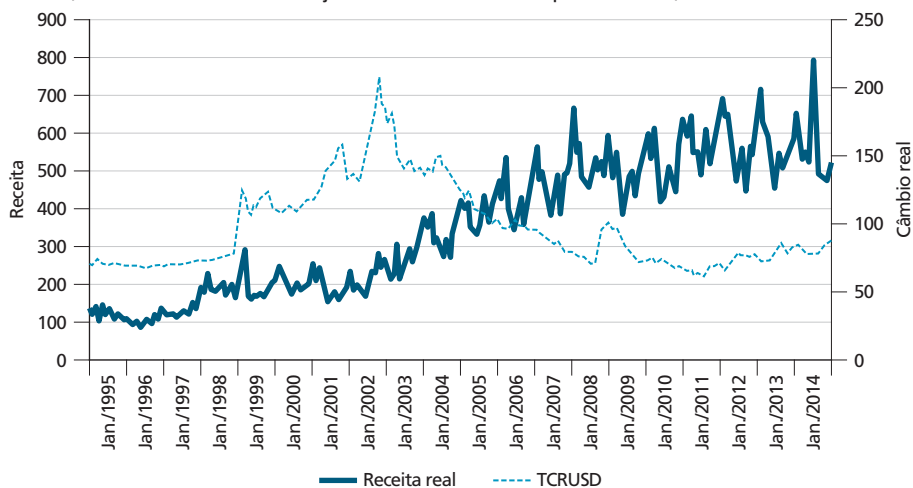
Os dados utilizados nas estimativas apresentadas a seguir têm frequência mensal e cobrem de janeiro de 1995 a dezembro de 2014. A fonte das receitas com viagens internacionais é o *Balço de Pagamentos*, divulgado pelo BCB. Devido à extensão do período a que se referem os dados, os valores foram transformados em valores reais de dezembro de 2014, utilizando-se como índice de inflação o *consumer price index* (CPI) dos Estados Unidos. A sazonalidade presente na série das receitas foi removida por meio do programa Arima-X12 do US Census Bureau.

A taxa de câmbio adotada refere-se ao índice da taxa real do dólar, empregando-se o CPI como índice de preços dos Estados Unidos, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de preços do Brasil. Essa série é calculada pelo BCB. Na maneira como o índice foi construído, uma elevação representa depreciação da moeda brasileira, o que corresponde a uma redução dos preços dos produtos adquiridos no Brasil quando medidos em dólares. O gráfico 1 mostra as séries das receitas turísticas internacionais e do índice da taxa de câmbio.

As receitas com viagens internacionais registradas no *Balço de Pagamentos* mostram uma clara tendência ascendente no período analisado. Tal fato pode ser ilustrado pela elevação das receitas anuais reais desde, aproximadamente, US\$ 1,5 bilhão, em 1995, para próximo de US\$ 7 bilhões, em 2013 e 2014. A taxa de crescimento real das receitas nesses vinte anos foi de 7,3% ao ano.

GRÁFICO 1

Receitas com viagens internacionais e índice da taxa de câmbio real do dólar americano  
(Em US\$ milhões de 2014 e junho de 1994 = 100, respectivamente)



Elaboração dos autores.

Obs.: Receitas calculadas a partir de dados do BCB (receita nominal) e do Federal Reserve Bank of St. Louis (CPI). Índice de câmbio real – BCB.

Especificamente em relação às receitas no período de realização da Copa do Mundo, o gráfico mostra a ocorrência de um pico na metade do ano de 2014, fugindo ao padrão sazonal de maiores receitas entre dezembro e março. As receitas relativas a junho de 2014 atingiram US\$ 785 milhões, e as de julho, US\$ 778 milhões, ante os US\$ 455 milhões e os US\$ 542 milhões em 2013, na mesma ordem, representando um crescimento de 72,4% e 43,3%, respectivamente. Considerando junho e julho conjuntamente, as receitas foram de US\$ 1,563 bilhão, em 2014, e de US\$ 998 milhões, em 2013, uma diferença de 56,6%. Esses dados evidenciam, sem margem a dúvidas, um importante aumento dessas receitas por conta da realização da Copa do Mundo, podendo ser vistos como ilustração do “argumento turístico” em defesa da realização de megaventos esportivos, conforme abordado na seção 4 deste artigo.

Para considerar outros fatores de influência no comportamento das receitas com viagens internacionais, efetua-se, na sequência, uma modelagem econométrica que considera como variável explicativa a taxa real de câmbio.

A taxa real de câmbio configura uma medida do custo relativo dos gastos dos viajantes no Brasil. E, como há lapso temporal entre a decisão de efetuar a viagem e a própria viagem, considera-se a possibilidade de efeitos defasados desta taxa sobre as receitas. As próprias receitas de viagens defasadas podem influenciar as receitas correntes, dada a presença de tendência na série – decorrente do aumento da renda mundial – de disseminação de informações mediante comunicação boca a boca e campanhas publicitárias, entre outros mecanismos de propagação. Para detectar os efeitos da Copa do Mundo, foram utilizadas *dummies* que assumem o valor de 1 durante a integralidade do período de realização do evento – junho e julho de 2014 –, e *dummies* individuais para junho e para julho desse ano. As variáveis “receita real” e “taxa de câmbio real” são expressas em seus logaritmos naturais, LREC e LRER.

TABELA 1  
Resultados dos testes de raiz unitária

Variável	Teste ADF – hipótese nula: presença de raiz unitária			Teste KPSS – hipótese nula: série estacionária		Síntese dos testes
	Estatística ADF	Valor crítico (5%)	Probabilidade	Estatística teste KPSS	Valor crítico (5%)	
LREC	-1,309	-2,874	0,6258	1,838	0,463	Série com raiz unitária
DLREC	-16,346	-2,874	0,0000	0,146	0,463	Série estacionária
LRER	-1,464	-2,874	0,5502	0,492	0,463	Não conclusivo
DLRER	-10,068	-2,874	0,0000	0,187	0,463	Série estacionária

Elaboração dos autores.

A realização de estimativas econométricas com séries temporais exige, todavia, alguns cuidados. O primeiro diz respeito à verificação da existência de



raiz unitária nas séries, cuja presença pode gerar resultados espúrios nas regressões, fruto de tendências comuns e inexistência denexo causal entre as variáveis. A tabela 1 mostra os resultados desses testes. A letra D antes do nome da variável indica tratar-se da primeira diferença da série.

Esse quadro permite observar que a série do logaritmo das receitas (LREC) não é estacionária, em contraste com a sua primeira diferença (DLREC), que é estacionária. A série do logaritmo da taxa de câmbio real efetiva (LRER) tem raiz unitária pelo teste ADF, mas é estacionária ao nível de 5% pelo teste KPSS. A primeira diferença de LRER é estacionária por ambos os testes. Tendo em vista o resultado não conclusivo para a série LRER, sua utilização ocorre tanto em nível quanto na sua diferença.

Considerando LRER e LREC como séries  $I(1)$ , é necessário verificar se apresentam uma relação estável de longo prazo. O teste de cointegração de Johansen, utilizando quatro defasagens, conforme indicado pelo critério de Akaike, permite saber que não existe relação de equilíbrio de longo prazo entre receitas e taxa de câmbio (tabela 2). O resultado do teste não é alterado quando se inclui uma variável *dummy* exógena para o período de realização da Copa do Mundo, em junho e julho de 2014.

TABELA 2  
Teste de cointegração de Johansen: séries LREC e LRER

Número de relações de cointegração	Autovalor	Estatística do traço	Valor crítico a 0,05	Probabilidade**
Teste do traço ( <i>trace test</i> )				
Nenhuma	0,027084	10,34092	15,49471	0,2554
No máximo 1 *	0,016781	3,943251	3,841466	0,0471
Teste do máximo autovalor				
Nenhuma	0,027084	6,397666	14,26460	0,5627
No máximo 1 *	0,016781	3,943251	3,841466	0,0471

Elaboração dos autores.

Notas: \* Indica a rejeição da hipótese nula ao nível de 0,05.

\*\* MacKinnon, Haug and Michelis (1999) *p*-valores.

Por não haver relação de cointegração entre as variáveis, a estimação do efeito do câmbio e da realização da Copa do Mundo sobre as receitas com viagens internacionais deve ser feita considerando-se somente um modelo de curto prazo. Como a série das receitas é estacionária em primeira diferença, esta será a variável dependente, enquanto a taxa de câmbio será utilizada em nível e em primeira diferença. A estratégia de modelagem adotada foi a geral-específico (Hendry, 2001), que parte de um modelo geral teoricamente consistente e, pela eliminação sucessiva das variáveis que não são estatisticamente significantes, chega a um

modelo parcimonioso. O modelo geral considerou seis defasagens como máximo, e foram mantidas as séries significantes ao nível de 10%, observando-se o critério de Schwarz para a seleção do melhor modelo.

A tabela 3 mostra os resultados da estimativa, considerando a série de câmbio em primeiras diferenças. Os resultados indicam que aumentos ou reduções de receitas são revertidos com mais intensidade em um mês e menos intensamente no segundo mês. O resultado para a taxa de câmbio mostra que esse indicador de preço relativo opera com defasagem de três e cinco meses, o que é compatível com o prazo necessário ao planejamento e à aquisição, no exterior, da viagem ao Brasil.

TABELA 3  
Resultados de regressão: variável dependente *DLREC* (1995M07 a 2014M12)

Variável	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística <i>t</i>	Probabilidade
<i>DLREC</i> (-1)	-0,415279	0,054722	-7,588826	0,0000
<i>DLREC</i> (-2)	-0,215811	0,055041	-3,920895	0,0001
<i>DLRER</i> (-3)	-0,416298	0,131469	-3,166513	0,0018
<i>DLRER</i> (-5)	-0,289032	0,131777	-2,193345	0,0293
<i>JUN14</i>	0,539984	0,080582	6,701085	0,0000
<i>AGO14</i>	-0,413142	0,084604	-4,883257	0,0000
<i>R</i> <sup>2</sup>	0,382508	Média da variável dependente		0,005694
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado	0,368966	Desvio-padrão da variável dependente		0,100925
Erro-padrão da regressão	0,080172	Teste LM Breusch-Godfrey para correlação serial: probabilidade <i>F</i> (2,226)		0,6319
Soma dos quadrados dos resíduos	1,465487	Teste Breusch-Pagan-Godfrey para heterocedasticidade: probabilidade <i>F</i> (6,227)		0,9347
Log verossimilhança	261,5250	Observações		234
Estatística Durbin-Watson	2,006961		-	

Elaboração dos autores.

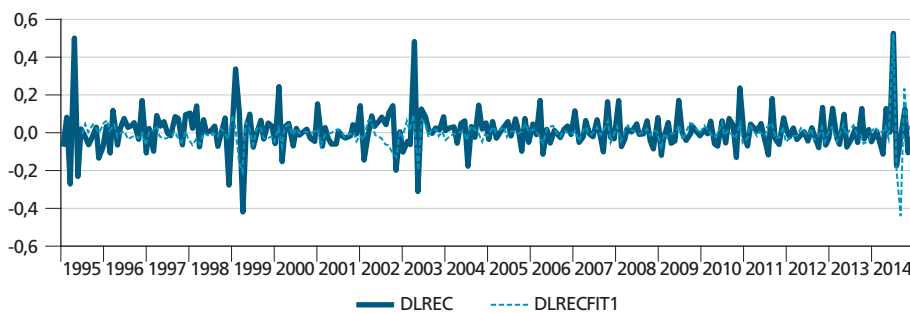
Merece realce no resultado do câmbio o fato de uma depreciação da moeda brasileira gerar redução nas receitas. Em princípio contraintuitivo, esse resultado – de que uma redução do custo medido em moeda estrangeira gera redução das receitas – pode ser explicado considerando-se uma conduta de manutenção da cesta de consumo por parte dos visitantes estrangeiros. Caso estes adquiram o mesmo conjunto de produtos no Brasil, em que pese a redução do seu preço em moeda estrangeira, diminui a receita denominada em dólares obtida pelo país. Inversamente, se ocorrer uma apreciação da moeda brasileira, a manutenção da cesta de consumo por parte dos estrangeiros representará aumento das receitas medidas em dólares. Isto poderia não acontecer caso houvesse uma alteração compensatória do número de visitantes ao país, em resposta às alterações na taxa real de câmbio.

Especificamente em relação à Copa do Mundo, o coeficiente da *dummy* para o mês de junho de 2014 estampa, nos resultados da regressão, um aumento de 54,0% nas receitas no mês de junho, comparativamente a maio. Isto representaria uma elevação de US\$ 283 milhões, elevando a receita para US\$ 807 milhões. Esse valor está próximo do montante observado, que foi de US\$ 785 milhões. Em julho a receita manteve-se elevada, mas já em agosto o aumento aparece revertido, com queda de 41,3% no coeficiente da *dummy*, o que representaria US\$ 321 milhões, deixando a receita em US\$ 456 milhões, próxima dos US\$ 492 milhões observados. O papel representado pela Copa, quanto à entrada de recursos na economia, mostra-se, assim, evidenciado, em linha com os termos do debate sobre a relação entre grandes eventos esportivos, a ampliação do fluxo de visitantes estrangeiros e o ingresso de divisas.

O gráfico 2 mostra a série observada das receitas e a série dos valores estimados. Percebe-se que o modelo consegue captar as principais mudanças nas receitas. Entretanto, como se espera para uma série de alta frequência, as oscilações na série observada são mais acentuadas do que na de estimação.

GRÁFICO 2

**DLREC: valores observados e estimados conforme os resultados da regressão mostrados na tabela 3**



Elaboração dos autores.

A tabela 4 apresenta os resultados da regressão *DLREC* utilizando a taxa de câmbio em nível. Os resultados das estimativas são muito próximos, tanto para o valor dos coeficientes quanto para a capacidade explicativa. Um aspecto a ser sublinhado é a alternância entre coeficientes positivos e negativos para as defasagens da taxa de câmbio. Isso reflete, possivelmente, os ajustes no processo de decisão e operacionalização da viagem por parte do visitante estrangeiro.

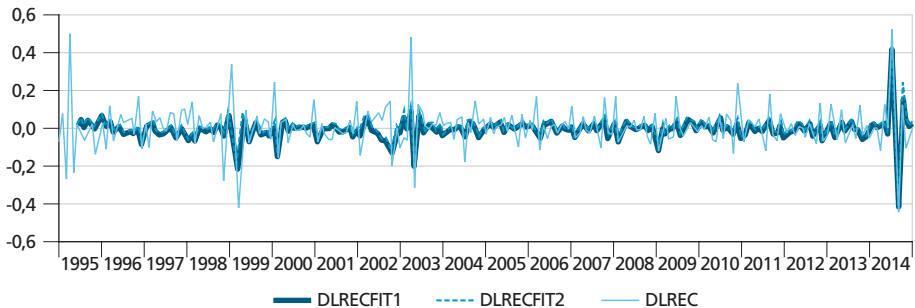
TABELA 4  
Resultados de regressão: variável dependente *DLREC* (1995M07 a 2014M12)

Variável	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística <i>t</i>	Probabilidade
<i>DLREC</i> (-1)	-0,412030	0,055417	-7,435075	0,0000
<i>DLREC</i> (-2)	-0,217275	0,055069	-3,945509	0,0001
<i>LRER</i> (-3)	-0,483955	0,143596	-3,370245	0,0009
<i>LRER</i> (-4)	0,657291	0,253328	2,594624	0,0101
<i>LRER</i> (-5)	-0,531018	0,253972	-2,090857	0,0377
<i>LRER</i> (-6)	0,359705	0,144120	2,495875	0,0133
<i>JUN14</i>	0,530615	0,080314	6,606729	0,0000
<i>AGO14</i>	-0,415467	0,084380	-4,923740	0,0000
<i>R</i> <sup>2</sup>	0,394132	Média da variável dependente		0,005694
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado	0,375366	Desvio-padrão da variável dependente		0,100925
Erro-padrão da regressão	0,079765	Teste LM Breusch-Godfrey para correlação serial: probabilidade <i>F</i> (2,224)		0,3734
Soma dos quadrados dos resíduos	1,437899	Teste Breusch-Pagan-Godfrey para heterocedasticidade: probabilidade <i>F</i> (8,225)		0,6907
Log verossimilhança	263,7486	Observações		234
Estatística Durbin-Watson	2,030524			

Elaboração dos autores.

O gráfico 3 exibe as duas séries de valores estimados com base nas regressões cujos resultados constam das tabelas 3 e 4. A proximidade dos resultados em ambas as estimativas é bastante clara, o que também é evidenciado pelo elevado coeficiente de correlação entre os valores das séries estimadas, de 99,6%.

GRÁFICO 3  
Valores estimados das regressões com a taxa de câmbio em primeiras diferenças (tabela 3) e em nível (tabela 4)



Elaboração dos autores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa que embasou a elaboração deste artigo foi captar e discernir a relação existente entre a realização da Copa do Mundo de 2014 e a movimentação turística no Brasil. Essa intenção guarda estreita sintonia com os termos do debate sobre o sentido e a importância da candidatura de países ou de cidades e regiões à hospedagem de tais competições. Além do prestígio político derivado da demonstração de capacidade para sediar eventos de grande repercussão mundial, sua realização é assimilada à dinamização econômica proporcionada pelas providências necessárias à preparação e pelo aumento do número de visitantes estrangeiros, com os derivados reflexos em termos de receitas provenientes de diferentes tipos de gastos.

A intensificação turística não se restringe, conforme as expectativas dos mais entusiastas, ao período de realização das competições. Ao contrário, deve se alongar no tempo, em virtude da maior visibilidade atingida durante os eventos pelos recursos dos países e locais anfitriões e, talvez principalmente, por conta dos resultados da propaganda boca a boca desencadeada pelos visitantes estrangeiros atraídos pela Copa do Mundo ou pelos Jogos Olímpicos. Um setor de turismo melhor estruturado e de consequências positivas no longo prazo erige-se, desta maneira, como objetivo maior do envolvimento com tais eventos.

Após mostrar que essas competições, em primeiro lugar a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, mostram-se amplamente cobiçados internacionalmente, ensejando acirradas disputas, e que o debate sobre os benefícios e o ônus da organização exhibe posições contrastadas e bem marcadas – algo que é fato no Brasil –, este artigo discute o papel dos resultados esperados em termos turísticos nas decisões de candidatura. O peso do turismo não deixa de refletir o fato de tal setor revelar-se como um dos mais dinâmicos da economia mundial, acenando com geração de renda e oportunidades de trabalho nos ambientes em que finca raízes. Para locais (países, regiões) que dispõem de atrativos turísticos e carecem de melhores oportunidades para impulsionar a economia, o turismo acena com possibilidades quase irresistíveis, mesmo que as frustrações não raramente suplantem os benefícios efetivos.

A análise da relação entre a ocorrência da Copa do Mundo de 2014 e a movimentação turística, traduzida no comportamento das receitas derivadas das viagens de estrangeiros para o Brasil, mostrou que o período de realização dessa competição registrou, realmente, um importante salto nos ingressos. Ficou também evidenciado o papel da taxa de câmbio na determinação do nível das receitas, com defasagem temporal nos efeitos que se desdobrou por intervalos de três a cinco meses, algo compatível com o prazo necessário ao planejamento e à compra da viagem para o Brasil. Outro aspecto que chamou atenção no exercício

econométrico é que o aumento da taxa de câmbio, isto é, a depreciação da moeda brasileira, produziu não um aumento das receitas, e sim uma diminuição. Esse resultado significa que o volume da cesta de consumo dos visitantes manteve-se inalterado, sem que, portanto, a vantagem cambial representasse ampliação do leque demandado, algo que se poderia esperar intuitivamente.

Dois comentários finais devem ser feitos. Um refere-se à relação geral entre a ocorrência de megaeventos e o registro de fluxos turísticos nos países-sede (ou locais) durante as competições. Deve-se pensar sobre os números do turismo em termos líquidos, quer dizer, como a diferença entre o influxo provocado pelo evento e o resultado das decisões de adiamento ou cancelamento de viagens, desde o exterior, em virtude das expectativas sobre o excesso de movimentação e tumulto e sobre o encarecimento da estadia, decorrentes das competições. Isso significa postular que tais acontecimentos podem tanto atrair quanto repelir turistas. Seja como for, no tocante à Copa do Mundo de 2014, esse jogo entre atração e afastamento de turistas teve como efeito, conforme a análise efetuada neste artigo, um aumento das receitas de viagens de estrangeiros no Brasil durante o evento.

Outro comentário tem a ver com a importância de monitorar, com pesquisas detalhadas e reiteradas, os reflexos – turísticos, urbanos, socioprofissionais – da realização desses eventos. Conhecer, produzindo massa crítica sobre o assunto, parece um requisito indispensável para lidar adequadamente com os problemas em país que, pelas evidências, decidiu apostar em sua inserção nos roteiros dos grandes acontecimentos internacionais como forma de aprimorar a participação na “cadeia de valor turística global”. A esse respeito, cabe comentar que a verificação dos efeitos de médio e longo prazos, associados à ideia de “legado”, tão celebrada pelos organizadores, constitui, certamente, uma sedutora agenda de pesquisa para o futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

ABEOC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS; SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **II dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil – 2013**. São Paulo: Eventos Expo Editora, 2014.

BOLSMANN, C. A Copa do Mundo de 2010 na África do Sul: um espetáculo continental? *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

CASTRO, D. G. *et al.* (Orgs.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. Copa do Mundo 2014 e os impactos no direito à moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015a.

\_\_\_\_\_. Empreendedorismo urbano no contexto dos megaeventos esportivos: impactos no direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CASTRO, D. G. *et al.* (Orgs.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015b.

CHARRIER, D.; JOURDAN, J. L'impact touristique local des grands événements sportifs: une approche qualitative de la Coupe du monde de rugby en Île-de-France. **Téoros**, v. 28, n. 2, p. 45-54, 2009.

CHRISTIAN, M. *et al.* **The tourism global value chain: economic upgrading and workforce development**. Durham: Duke University, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/dYbz8X>>.

CLIFT, J. Prize or penalty. **Finance & Development**, v. 47, n. 1, p. 6-7, 2010.

CRUZ, M. J. V.; CURADO, M. L. Los viajes internacionales en la balanza de pagos de Brasil a lo largo del plano real: Un análisis de su desempeño y del impacto de la tasa de cambio. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 14, n. 2, p. 142-168, 2005.

CUIABANO, S. M. *et al.* Saldo da conta de viagens internacionais no Brasil: a contribuição da taxa de câmbio real efetiva e da renda. **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 89-108, 2013.

EICK, V. Aumentando os lucros (com sangue): COI e Fifa na neoliberalização global. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

ESPORTES aquecem a economia – Copa 2014 e Olimpíada 2016 aceleram os investimentos em infraestrutura. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, maio 2010.

GAFFNEY, C. Arenas de conflito: os processos conflituosos durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

HENDRY, D. F. Achievements and challenges in econometric methodology. **Journal of Econometrics**, v. 100, n. 1, p. 7-10, 2001.

HORNE, J. Notas para uma cultura política dos megaeventos esportivos: reflexões críticas sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de verão de Londres 2012. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

HRITZ, N.; ROSS, C. The perceived impacts of sport tourism: an urban host community perspective. **Journal of Sport Management**, v. 24, n. 2, p. 119-138, 2010.

KENNELLY, M. **Developing sport tourism: a multiple case study of interaction between Australian national sport organizations and a sport tour operator**. 2011. Tese (Doutorado em Administração de Turismo, Lazer, Hotel e Esporte) – Griffith University, Queensland, 2011.

LANZA, A.; TEMPLE, P.; URGAS, G. The implications of tourism specialization in the long run: an econometric analysis for 13 OECD countries. **Tourism Management**, v. 24, n. 3, p. 315-321, 2003.

LAPEYRONIE, B. Retombées socio-économiques du tourisme sportif: exemples des marathons em France. **Téoros**, v. 28, n. 2, p. 37-44, 2009.

LI, G.; SONG, H.; WITT, S. F. Recent developments in econometric modeling and forecasting. **Journal of Travel Research**, v. 44, n. 1, p. 82-99, 2005.

LIM, C. Review of international tourism demand models. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 4, p. 835-849, 1997.

MACKINNON, J.; HAUG, A. A.; MICHELIS, L. Numerical distribution functions of likelihood ratio tests for cointegration. **Journal of Applied Econometrics**, v. 14, n. 5, p. 563-577, 1999.

MEURER, R. Determinantes macroeconômicas do número de viajantes estrangeiros no Brasil e da receita por viajante. **Revista Econômica**, v. 12, n. 2, p. 187-208, 2010a.

\_\_\_\_\_. International travel: the relationship between exchange rate, world GDP, revenues and the number of travellers to Brazil. **Tourism Economics**, v. 16, n. 4, p. 1065-1072, 2010b.

MIELLI, J. F.; MANTOVANI, D. M. N. Copa do Mundo 2014 no Brasil: um estudo das atitudes e envolvimento do espectador com o evento. **Podium: sport, leisure and tourism review**, v. 3, n. 3, p. 1-11, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/00srZO>>.

MULLER, M. Mais alto, maior, mais caro: Sochi e as Olimpíadas de Inverno de 2014. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.



OMENA, E. Copa das manifestações e os processos de governança urbana no Brasil. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015a.

\_\_\_\_\_. Não foi só por 20 centavos: a copa das manifestações e as transformações socioeconômicas recentes nas metrópoles brasileiras. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015b.

RABAHY, W. A.; SILVA, J. C. D.; VASSALLO, M. D. **Os efeitos assimétricos da taxa de câmbio real sobre a conta de viagens internacionais do balanço de pagamentos brasileiro**. São Paulo: Fipe, 2007. (Boletim Informações Fipe, n. 32).

\_\_\_\_\_. Relações determinantes sobre as despesas e receitas da conta de viagens internacionais do balanço de pagamentos brasileiro. **Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 293-306, 2008.

RANGEL, S. “Não vamos fazer lucro com os Jogos”, diz diretor-geral do comitê da Rio-2016. **Folha de São Paulo**, 24 mar. 2015.

REEVES, M. **Evidencing the sports tourism interrelationship**: a case study approach. 1999. Tese (Doutorado em Esporte, Exercício e Ciências da Saúde) – Loughborough University, Loughborough, 1999.

RIBAS, T. Os Jogos Olímpicos não serão positivos para o Rio. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2015.

RODRIGUES, J. M. Mobilidade urbana nos megaeventos esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

RODRIGUES, J. M.; LEGROUX, J. A questão da mobilidade urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: reflexões a partir dos projetos de infraestrutura para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016). *In*: CASTRO, D. G. *et al.* (Orgs.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROSE, A. K.; SPIEGEL, M. M. **The Olympic effect**. Cambridge: NBER, 2009. (NBER Working Paper, n. 14854).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. The Olympic trade effect. **Finance & Development**, v. 47, n. 1, p. 12-13, 2010.

ROSS, S. D. **Developing sports tourism**. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2001.

SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SANTOS JR., O. A.; LIMA, C. G. R. Impostos econômicos dos megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal. *In*: SANTOS JR., O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SWIFTER, higher, stronger, dearer. **The Economist**, 20 Jul. 1996.

THE ZILLION dollar games. **The Economist**, 20 Jul. 1996.

URANI, A. Salto qualitativo na retomada de desenvolvimento. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 245, p. 5-6, dez. 2009.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Rio 2016: um jogo (olímpico?) de cartas marcadas. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 245, p. 3-4, dez. 2009.

ZIMBALIST, A. Is it worth it? **Finance & Development**, v. 47, n. 1, p. 8-11, Mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Brazil's long to-do list. **Americas Quarterly**, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/igJqba>>.